

## Setor Agropecuário

04.07.07

**Participantes:** Diretor de Programas da Secretaria Executiva do Ministro da Fazenda, Gilson Bittencourt; Assessor Especial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Gerardo Fontelles; Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Marcus Aucélio; Diretor-Interino de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz; Assessor da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, Ademiro Vian; Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Rivaci Speroto; Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, Márcio Lopes de Freitas; Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação Nacional da Agricultura, Breno Pereira Mesquita; e Presidente do Conselho Nacional do Café, Gilson Ximenes.

Foto: Otávio Praxedes



Dep. Virgílio Guimarães, Dep. Carlos Melles e Marcus Aurélio.

Os problemas enfrentados pelo setor agropecuário brasileiro motivaram os Deputados Carlos Melles (DEM-MG), Antonio Palocci (PT-SP), Félix Mendonça (DEM-BA), José Pimentel (PT-CE), Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), Arnaldo Madeira (PSDB-SP), Guilherme Campos (DEM-SP) e Alfredo Kaefer (PSDB-PR) a apresentarem requerimento com o objetivo de analisar econômica e financeiramente o setor. A Audiência Pública requerida ocorreu na Comissão de Finanças e Tributação.

A Confederação Nacional de Agricultura foi representada pelo seu Vice-Presidente, Rivaci Speroto, que demonstrou a evolução da Taxa de Juros para o Crédito Rural, atualmente maior que a Taxa de Juros de Longo Prazo. Como propostas, recomendou a negociação de dívidas, revisão de saldos devedores, tratamento especial para dívidas do nordeste,

compensações cambiais e no diesel, liberação de garantias de dívidas, e livre circulação de defensivos e fertilizantes no Mercosul.

Na opinião do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, Márcio Lopes de Freitas, emergencialmente seria necessário implementar a linha de financiamento de recebíveis do agronegócio; criar um programa de recuperação da agropecuária prevendo-se o alongamento de parcelas vencidas e vincendas em 2007 para custeio e investimento, dos saldos devedores das operações com recursos do FAT, FCO e FUNCAFÉ, ressaltando que a capacidade de pagamento deve ser examinada caso a caso, dispensando-se os critérios do agente financeiro. Afirmou, ainda, ser necessária a criação de um programa de recuperação prevendo-se o alongamento de parcelas de securitização.

A respeito do café, o Presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Breno Mesquita, esclareceu que, apesar da recente recuperação das cotações internacionais, a rentabilidade do segmento agrícola apresenta-se negativamente impactada pela alta dos insumos, em especial mão-de-obra e fertilizantes. Segundo ele, ao contrário do imaginário popular, a estrutura fundiária da cafeicultura é pautada em pequenas e médias propriedades, pois barões do café são apenas personagens de novelas de época. Ele afirmou ainda que as políticas públicas devem considerar a redução da rentabilidade setorial, e não a recuperação das cotações internacionais, pois, quando internalizadas, estas são reduzidas pela valorização cambial e pelo aumento dos custos de produção.

Representando o Ministro da Agricultura, José Gerardo Fontelles explicou que os volumes de crédito rural destinados à agricultura empresarial e familiar quase triplicaram ao longo do Governo Lula, passando de R\$ 24,7 bilhões em 2002/2003 para R\$ 70 bilhões, conforme programado para a safra 2007/2008. Além disso, os encargos

*financeiros, mantidos até então inalterados para todas as linhas de financiamento do crédito rural, foram reduzidos na safra 2007/2008 nos financiamentos de custeio e comercialização. Afirmou ainda que o Governo Federal vem aumentando os valores destinados aos créditos de investimento, e introduzindo importantes mudanças no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, a fim de elevar o nível da renda bruta para fins de ampliação dos limites de crédito de custeio e investimento.*

## Orçamento para ANP, ANEEL E ANATEL 11.07.07

**Participantes:** Diretor-Geral das Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Jerson Kelman; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg; e Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP, Haroldo Lima.

Foto: Edson Santos



Haroldo Lima, Deputados Pedro Eugênio e Celso Russomanno, Jerson Kelman e Ronaldo Mota Sardenberg

Em 11 de julho de 2007, a Comissão de Finanças e Tributação realizou Reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a fim de obter esclarecimentos sobre a falta de recursos orçamentários para a ANEEL, ANATEL e ANP. A reunião ocorreu após a aprovação de requerimentos dos Deputados Arnaldo Madeira (PSDB-SP) na CFT e Pedro Fernandes (PTB-MA) na CFFC.

Os dirigentes das agências reclamaram que o orçamento autorizado pelo governo não tem sido suficiente para o desempenho de suas funções. Segundo eles, o orçamento autorizado é muito inferior ao que as agências arrecadam por meio das taxas do setor e multas aplicadas durante a fiscalização.

O Presidente da ANEEL, Jerson Kelman, informou que, incluindo as despesas com pessoal, o orçamento considerado ideal pela agência seria de R\$ 181 milhões em 2007, R\$ 75 milhões a mais que o valor recebido. De acordo com o convidado, a agência não busca receber o equivalente à arrecadação, que este ano foi de R\$ 332 milhões, mas apenas uma quantia que possibilite a prestação de um bom serviço à população.

O Presidente da ANP, Haroldo Lima, destacou que a agência teve prejuízos no âmbito da fiscalização, o que obrigou o governo a conceder um reforço no orçamento. Este era previsto para R\$ 300 milhões, mas foram autorizados apenas R\$ 160,5 milhões, embora a arrecadação tenha ultrapassado R\$ 3 bilhões.

Na ANATEL, o quadro não é diferente. De acordo com levantamento da agência, o percentual de despesas em relação às receitas caiu de 58% para 13% nos últimos dez anos. O Presidente da agência, Ronaldo Mota Sardenberg, avisou que vai procurar as autoridades para tentar reverter o contingenciamento, pois, na sua opinião, é preciso assegurar a estabilidade financeira da agência para que suas atividades possam ser programadas a longo prazo.

O Deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) afirmou que as agências reguladoras foram criadas para regular o mercado e evitar distorções, como os monopólios, mas considerou que há uma grande confusão entre o que é governo e o que é agência. Para ele, as agências são instituições intermediárias entre o governo e o mercado, e por isso sugeriu que sejam avaliadas formas diferentes de indicar os dirigentes desses órgãos.

## Sistema financeiro

**12.07.07**

**Participante:** Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Foto: Edson Santos



Ministro Guido Mantega

A Comissão de Finanças e Tributação realizou Audiência Pública com a presença do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. A reunião foi proposta pelos deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), José Pimentel (PT-CE), Bruno Araújo (PSDB-PE), Silvio Torres (PSDB-SP), Rocha Loures (PMDB-PR) e pela Subcomissão Especial do Sistema Financeiro, com o objetivo de discutir pontos sobre o sistema financeiro.

Questionado pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, o Ministro afirmou que o governo está discutindo mudanças na reforma tributária e deve enviar uma proposta ao Congresso no segundo semestre.

A respeito das tarifas bancárias, o Deputado Bruno Araújo ouviu do Ministro que o governo tenta criar condições para reduzi-las incentivando a concorrência, mas admitiu que os bancos, ao reduzirem o **spread**, aumentam as tarifas como forma de compensação. Na opinião do Ministro, a melhor forma de combater os abusos dos bancos é com a atenção do consumidor para os valores cobrados.

O Ministro acredita ter havido uma grande mudança no setor de crédito brasileiro, que duplicou de 2002 para cá. Essa mudança, na sua opinião, foi acompanhada por uma expansão do emprego e da renda pela elevação dos investimentos. Segundo ele, nesse período, o crédito fornecido pelo mercado de capitais passou de R\$ 25 a R\$ 30 bilhões para cerca de R\$ 180 bilhões, mas reconheceu que as taxas de juros bancários são altas, e que o

governo busca aumentar a concorrência entre os bancos.

Em resposta ao Deputado Silvio Torres, que questionou a mudança no cálculo do rendimento da poupança, o Ministro explicou que essa rentabilidade teve de ser adequada à queda da taxa de juros no País, para evitar a entrada de grandes investidores na poupança. Segundo o Ministro, o poupador não foi prejudicado, tanto que a poupança continua batendo recordes de captação.

O convidado ainda comentou a Medida Provisória 380/07, que trata da tributação de produtos vindos do Paraguai. De acordo com ele, a alíquota única a ser cobrada por impostos federais nesses casos ficará em torno de 30%. Ele ressaltou que o governo tem apreendido mercadorias contrabandeadas do Paraguai, mas evita asfixiar a economia do país vizinho.

**Medida Provisória nº 380/07****16.08.07**

**Participantes:** Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho; Diretor do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Afonso José Sena Cardoso; Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid; Representante, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, do Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, Homero de Arruda Cordova; Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE, Humberto Barbato; Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal - SINDIRECEITA, Paulo Antenor de Oliveira; Presidente da Delegacia Sindical em Foz do Iguaçu, Afonso Burg; Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - UNAFISCO, Pedro Delarue Tolentino Filho; Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS, Rogério Dreyer; Presidente do Centro das Indústrias da Amazônia, Maurício Elísio Martins Loureiro; Assessor da Confederação Nacional do Comércio - CNC, Jayme Perez; Gerente Executivo de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria - CNI, José Frederico Álvares; Diretor Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Thomaz Marinho de Andrade Zonotto; e Presidente do Instituto Brasil Legal - IBL, Édson Vismona

Foto: Elton Bomfim



Deputados Julio Semeghini, Vanessa Grazziotin e Pedro Eugênio

As Comissões de Finanças e Tributação e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realizaram Audiência Pública com o objetivo de discutir a Medida Provisória nº 380/07, que institui o Regime de Tributação Unificada - RTU, na importação, por via terrestre,

de mercadorias procedentes do Paraguai, instituindo alíquota única de 42,25%.

Os representantes dos setores calçadista e eletrônico apresentaram expectativas opostas em relação aos efeitos na economia que a edição da MP nº 380 pode acarretar. Para o Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Rogério Dreyer, a MP pode reduzir a entrada de alguns produtos falsificados no País, como os tênis chineses. Por outro lado, o Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbato, acredita que a medida pode prejudicar os esforços atuais de combate ao contrabando e à pirataria, além de estimular a concorrência desleal. Como agravante, cita a falta de controles rigorosos que atestem a qualidade dos produtos falsificados.

O mesmo temor foi declarado pelo representante da CNI, José Frederico Álvarez, ao afirmar que a MP agrega mais um componente ao conflituoso combate.

O Presidente do Centro das Indústrias da Amazônia, Maurício Loureiro, avaliou que a MP nº 380/07 é resultado de uma decisão política, e não técnica. Para ele, a medida vai abrir as portas do Mercosul para a comercialização de produtos chineses e asiáticos.

Na opinião do Presidente do Instituto Brasil Legal, Édson Vismona, a MP vai dificultar a fiscalização e permitir que "laranjas" abram empresas para legalizar a entrada de contrabando no Brasil. Ele afirmou que a medida não vai beneficiar sacoleiros nem a indústria paraguaia, e acredita que somente as organizações com poder econômico conseguirão arcar com a formalização.

O Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, tem opinião diversa. Para ele, a medida deve estimular a formalização porque oferece uma alternativa para reduzir o mercado ilegal existente. Por outro lado, ele admitiu que o governo se preocupa com a possibilidade do uso de "laranjas" para trazerem produtos legalmente. Alertou que o objetivo da

*MP é oferecer caminhos para a legalização de quem pratica o comércio ilegal, e chamou atenção para a intensificação que a Receita Federal fará no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho.*

*A Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Presidente da Comissão da Amazônia, sugeriu ao relator que incluísse em seu parecer a pena de exclusão do Supersimples para o microempresário que trazer mercadorias falsificadas do Paraguai. O relator da MP, Deputado Giacobbo (PR-PR), adiantou que considera a medida importante para reduzir os problemas causados pelo comércio ilegal em Foz do Iguaçu, no Paraná. Ele acredita na possibilidade de se chegar a um texto que promova o desenvolvimento, reduza o desemprego no País e colabore para diminuir a "cultura da ilegalidade" em Foz do Iguaçu, sem prejuízos para a indústria brasileira.*

## Contrabando e descaminho

30.08.07

**Participantes:** Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Mauro de Brito, representando o Secretário; Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, Arthur Jorge de Jesus Pimentel, representando o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT, Fernando Pimentel; Diretor de Relações Institucionais da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Marco Aurélio Kirsch; e Coordenador-Geral de Polícia Fazendária do Departamento de Polícia Federal, Joaquim Mesquita, representando o Diretor-Geral da instituição.

Foto: Luiz Alves



Mesa e o expositor Márcio Kirsch

A Medida Provisória nº 380/07, conhecida como MP dos Sacoleiros, foi debatida pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Finanças e Tributação. A MP institui o Regime de Tributação Unificada - RTU, na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, instituindo alíquota única de 42,25%.

Na opinião do Diretor de Relações Institucionais da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (RS), Marco Kirsch, a medida representa um retrocesso na política de combate à pirataria. Para ele, a aprovação da proposta facilitará a entrada no Brasil de produtos asiáticos de péssima qualidade, permitindo a concorrência desleal com empresas brasileiras. Kirsch sugeriu que se faça investimentos de parceria em contratos de colaboração empresarial (os chamados "joint ventures") com o

Paraguai para criação de postos de emprego. O convidado ainda afirmou que as indústrias do setor de calçados que atuam no Brasil se reuniram em uma comissão de combate à pirataria que firma convênios com entidades que investigam e punem os falsificadores.

O Deputado Guilherme Campos (DEM-SP), autor do requerimento na CFT, concordou com Márcio Kirsch. De acordo com o Deputado, a MP nº 380/07 é extremamente complicada e não atende aos interesses da indústria nacional, nem do setor formal da economia. Ele afirmou, ainda, que a medida vai trazer mais problemas que soluções, pois em vez de formalizar as relações de compra e venda com o Paraguai, acentuará a questão do contrabando de mercadorias com aquele país.

Mauro de Brito, Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal, esclareceu que a medida faz parte de uma política de endurecimento da fiscalização na fronteira entre os dois países. No entanto, ressaltou que não é possível por enquanto conhecer os seus efeitos porque ela ainda está sendo regulamentada.

O Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior, Arthur Jorge de Jesus Pimentel, informou que o Brasil enviará à China uma comissão oficial para rever pontos de um acordo com o objetivo de evitar práticas prejudiciais à competição internacional, como o contrabando e a pirataria.

O Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), Presidente da CFT, argumentou, por fim, que não há solução para o problema do contrabando sem uma aliança estratégica com o Paraguai. O Deputado defendeu também uma política tributária que proteja a indústria nacional.

## CPMF

05.09.07

**Participantes:** Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; Doutor em Economia pela Universidade de Chicago, Paulo Rabelo Castro; e Economista e Professor da USP, Celso Martone.

Foto: Edson Santos



Mesa e expositores

A Comissão de Finanças e Tributação participou de Audiência Pública conjunta com a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 558-A/06, do Sr. Mendes Ribeiro Filho, que "dispõe sobre a inclusão da CPMF nas disposições do § 2º do art. 76 do ADCT da Constituição Federal".

Na audiência, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afirmou que todo o orçamento de 2008 terá de ser refeito se a CPMF não for prorrogada, porquanto sua suspensão provocaria uma queda de arrecadação de aproximadamente R\$ 39 milhões em 2008. Além disso, o Ministro alertou que a não renovação também poderá elevar a inflação, porque provocaria desequilíbrio fiscal, que seria agravado, segundo ele, se fosse efetivada a proposta de elevar os gastos com a saúde a partir da regulamentação da Emenda 29, que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área da saúde.

Em resposta ao Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG) sobre a possibilidade de o fim da CPMF provocar elevação ou criação de impostos, o Ministro respondeu que o orçamento precisa ter receitas e despesas equilibradas, e reiterou que a única proposta de aumento de tributos feita pelo atual governo até o

momento foi a referente à Cofins sobre importação.

O Ministro acrescentou que a eventual combinação de aumento de despesa com menor receita também poderia desequilibrar a dívida pública, que atualmente está em torno dos 44% do PIB, tendo ultrapassado os 60% no fim do governo anterior.

O Deputado Antonio Palocci (PT-SP), relator da PEC nº 558/06 na Comissão Especial, defendeu o debate mais amplo sobre o crescimento econômico e declarou que a carga tributária é importante, mas não é o fator mais relevante para entraves ao crescimento. Segundo o Deputado, o problema maior é o nível de endividamento público.

O Deputado disse ainda que a redução da dívida líquida do setor público ao longo do atual governo permitiu que, pela primeira vez em muitos anos, o Brasil enfrentasse uma crise internacional sem aumentar a dívida nem a carga tributária. O relator avaliou, no entanto, que o governo não pode abrir mão da receita da CPMF.

O Ministro propôs uma reflexão sobre o nível dos gastos públicos para que, no futuro, seja possível reduzir a carga tributária, que bateu recorde em 2008 ao alcançar 34,2% do PIB. Por fim, lembrou que o governo está prestes a enviar ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária que poderá iniciar um processo de redução tributária gradual.



## Desenvolvimento Científico e Tecnológico 05.09.07

**Participantes:** *Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; Representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC, Evandro Mirra, substituindo o Presidente; e Representante da Confederação Nacional da Indústria, Rafael Lucchesi, substituindo o Presidente.*



Rafael Lucchesi, Ministro Sérgio Resende, Dep. Julio Semeghini, Dep. Pedro Eugênio e Evandro Mirra

A segunda reunião de Audiência Pública que contou com a participação da Comissão de Finanças e Tributação no dia 05 de setembro de 2007 foi a que tratou da regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico.

Na oportunidade, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, defendeu a regulamentação do fundo, prevista no PL nº 1.631/07, do Poder Executivo, que tramita em regime de urgência nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Constituição e Justiça e Cidadania e de Finanças e Tributação, todas participantes da reunião. Ele ressaltou que a aprovação do projeto nos próximos meses é importante porque já poderiam ser previstas ações específicas e recursos para a área no Orçamento da União do próximo ano. O Ministro destacou ainda que atualmente o Brasil investe apenas 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto a média nos países desenvolvidos é de 3%. Segundo ele, a expectativa é de que até 2010 os recursos do FNDCT cheguem a R\$ 2,6 bilhões.

O projeto também foi defendido pelos representantes da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Rafael Lucchesi, e da Academia Brasileira de Ciências - ABC, Evandro Mirra.

Em resposta a Rafael Lucchesi, o Ministro afirmou que não haverá sobreposição das funções do Conselho Diretor e dos Comitês Gestores dos diferentes fundos setoriais que compõem o FNDCT, que engloba percentuais de vários fundos setoriais, entre eles o de petróleo e energia elétrica.

De acordo com o Ministro, o Conselho Diretor fará uma definição da política e das diretrizes para o setor, enquanto os comitês serão responsáveis pelo plano anual de aplicações de cada fundo específico.

Ele ainda destacou as ações transversais como a principal novidade do projeto em relação ao aprovado em 2004 pela Câmara dos Deputados e vetado pelo Presidente da República. Por meio dessas ações, o Conselho Diretor do Fundo poderá distribuir uma parte dos recursos para áreas que não têm fundos setoriais.

Sérgio Rezende lembrou que o projeto encaminhado pelo governo é muito parecido com o anterior, vetado em razão de um parecer da Advocacia-Geral da União. No parecer, a AGU informava que, por tratar de questões orçamentárias, o projeto deveria ser originário do Poder Executivo.

## Concessão de Rodovias Federais

**13.09.07**

**Participantes:** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, José Alexandre Nogueira de Resende; Gerente-Técnico da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho; Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélio Botelho; Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Santa Catarina e representante da Confederação Nacional dos Transportes, Pedro José de Oliveira Lopes; Presidente da Associação dos Usuários das Rodovias Concedidas do Rio Grande do Sul, Juarez Colombo, representando o Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale dos Sinos-RS; Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, Rogério Walbach Tizzot; e Presidente do Sindicato Nacional da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis.

Foto: Elton Bomfim



Mesa e expositores

A Comissão de Finanças e Tributação participou de Reunião de Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Viação e Transportes, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O objetivo da reunião foi debater a concessão de rodovias no País, sob a ótica do programa do Ministério dos Transportes, iniciado em 1995. A reunião foi requerida pelos Deputados Tarcísio Zimmermann (PT-RS), Pepe Vargas (PT-RS) e Carlos Zaratini (PT-SP).

Segundo os parlamentares, as concessões de trechos rodoviários à iniciativa privada provocam polêmica por seus impactos sobre a economia regional ou por dividir comunidades. Argumentam que existem alternativas aos contratos de concessão, como os pedágios comunitários, modelo adotado em rodovias estaduais do Rio

Grande do Sul, que cobram tarifas menores que as de empresas privadas.

Os deputados presentes, assim como os convidados, criticaram a ausência dos representantes do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e da Receita Federal do Brasil que, convidados, não compareceram à reunião.

## Trabalho terceirizado e tributação

18.10.07

**Participantes:** Professor da Universidade de São Paulo, José Pastore; e Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Márcio Pochmann.



Foto: Elton Bomfim

José Pastore e Dep. Silvio Torres

A Reunião de Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação ocorrida em 18.10.07 tratou da terceirização do trabalho. Compareceram à reunião os economistas José Pastore, Professor, e Márcio Pochmann, Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ambos especialistas em relações de trabalho.

Na opinião do Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), Presidente da Comissão, a regulamentação deve ser focada na pessoa, com garantia dos direitos dos trabalhadores.

De acordo com o Professor da Universidade de São Paulo, José Pastore, há, nesse campo, abusos e fraudes, mas também há um vácuo legal para os que praticam a terceirização que é, para ele, às vezes necessária e decente. Segundo o Professor, é importante que se garanta a boa terceirização, que se proteja o trabalhador e confira a segurança jurídica às empresas.

O convidado explicou ainda que há empresas em grave situação em razão de processos ajuizados pelo Ministério Público com base na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que restringe a terceirização às atividades-meio das empresas, que não impliquem subordinação nas relações de trabalho.

José Pastore ainda esclareceu que nos dias atuais a produção é muito

fragmentada em todo o mundo, em razão da necessidade de especialização. Dessa forma, as empresas se associam para formar uma cadeia mais produtiva e competitiva. Na sua opinião, não se pode pretender que a proteção do trabalhador seja garantida pela empresa-mãe dentro da rede. Entretanto, sugeriu que, na formulação de uma lei da terceirização, seja prevista a responsabilidade solidária da empresa contratante em relação ao cumprimento da legislação pela contratada. Na sua avaliação, o que torna o trabalho precário é a violação da legislação para se contratar pessoas de forma irregular, mas contestou a idéia de que a terceirização provoque desemprego, pois acredita que, com custos menores, a empresa contrata mais.

O segundo convidado, Márcio Pochmann, destacou a importância dos sindicatos e negociações coletivas para promover uma adequação das normas do trabalho para além da legislação, de acordo com as especificidades de cada empresa. Ele apontou ainda a necessidade de uma visão clara sobre a forma como o Brasil se insere na economia mundial. Na sua opinião, terceirização não é sinônimo de trabalho precário, e em grande parte dos países as duas coisas não se confundem. No entanto, observou que no Brasil o ambiente terceirizado se assemelha ao padrão asiático de trabalho, com trabalhadores ganhando menos que os não terceirizados nas mesmas funções, submetidos a intensas jornadas de trabalho e com taxa de rotatividade alta. Para ele, essa situação ocorre em função do contexto da economia do País.

Ambos os convidados concordaram que a terceirização é um processo irreversível que precisa ser regulamentado com urgência, mas que não é, necessariamente, sinônimo de trabalho precário.

## Lei de Responsabilidade Fiscal

**30.10.07**

**Participante:** *Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.*

Foto: Otávio Praxedes



Henrique Meirelles, Sen. José Maranhão, Presidente da CMO e Dep. Virgílio Guimarães

*Em 30 de outubro de 2007, a Comissão de Finanças e Tributação realizou Reunião de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; e Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.*

*Na oportunidade, o convidado apresentou a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços durante o 1º semestre de 2007, em atenção ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*A respeito da prorrogação da CPMF, o convidado afirmou que os juros no País podem subir a longo prazo, caso o Senado não aprove a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Manifestação Financeira, e o governo não corte despesas na mesma proporção. De acordo com o convidado, isso provocaria queda no superávit primário e aumento da dívida pública, caso em que o aumento dos juros seria essencial para o equilíbrio fiscal.*

*Henrique Meirelles defendeu a posição do Banco Central na condução da política monetária, especialmente no que concerne à*

*definição dos juros básicos da economia. Na sua opinião, a instituição deve se manter em postura preventiva com relação à taxa de inflação, uma vez que a boa prática internacional demonstra que não se deve combater a inflação atual ou do mês passado, mas sempre com objetivo futuro. Ele considerou que as medidas adotadas agora na política monetária brasileira terão impacto no segundo semestre de 2008 e no início de 2009.*

*Durante a audiência, o Presidente do Bacen ressaltou que a economia está crescendo e que o Comitê de Política Monetária (Copom) cortou de maneira sistemática os juros básicos desde setembro de 2005. Neste mês de outubro, foi interrompida a série de 18 cortes, e a taxa Selic (taxa básica de juros mantida em operações entre bancos) foi mantida em 11,25%.*

## Simple Nacional e ICMS

13.11.07

**Participantes:** Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid; Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe, Alexandre Santana Porto; Representante do Secretário da Fazenda do Paraná, Francisco Inocêncio; membro do Conselho Temático Permanente da Micro e Pequena Empresa da Confederação Nacional da Indústria, Alberto Cabús; Presidente Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços - CONEMPEC, José Tarcisio da Silva; Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, Carlos Mauro Benevides Filho; e Representante da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS, José Milton Dallari.

Foto: Diógenes Santos



Ao microfone, Francisco Inocêncio, com o Dep. Antonio Palocci e demais expositores

A primeira reunião de Audiência Pública do dia 13 de novembro de 2007 na Comissão de Finanças e Tributação foi realizada graças à aprovação do Requerimento nº 94/07, de autoria da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas, subscrito pelo Deputados José Pimentel (PT-CE), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Carlos Melles (DEM-MG) e Vilson Covatti (PP-RS).

Criado pela Lei Complementar nº 123/06, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Simples Nacional, ou Supersimples, agrega seis tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, IPI, CSLL, PIS Cofins e INSS patronal, além do ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal.

A audiência pública objetivou a realização de um balanço dos 100 primeiros dias da implantação do Supersimples e teve como principal conclusão a de que a disputa entre os

estados pela divisão do ICMS compromete a eficácia do novo regime, cuja principal meta é a redução da carga tributária para as micro e pequenas empresas.

O Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Mauro Benevides Filho, acredita que o impasse pode provocar uma nova guerra fiscal entre os estados.

Alberto Cabús, membro do Conselho Temático Permanente da Micro e Pequena Empresa da Confederação Nacional da Indústria - CNI, explicou que as grandes cadeias de empresas estão evitando comprar produtos dos micro e pequenos fabricantes por causa das dificuldades em aproveitar os créditos do ICMS. Segundo ele, se um supermercado adquire um produto de uma indústria de grande porte, ele pode abater do ICMS a pagar em razão da revenda ao consumidor final o valor já pago pela indústria. Porém, ao adquirir o mesmo produto de uma empresa beneficiária do Simples Nacional, ele não terá esse desconto. Por isso, as micro e pequenas empresas se vêem obrigadas a baixar seus preços a fim de se tornarem competitivas.

O Presidente Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços - CONEMPEC, José Tarcisio da Silva, reclamou que os Estados estão boicotando a implantação do Supersimples, e que apenas Paraná e Sergipe o implantaram completamente, e estão contribuindo para o aumento da formalidade.

Na opinião do Deputado Antonio Palocci (PT-SP), é inaceitável que o Simples Nacional implique aumento de carga tributária em casos particulares, muito menos em setores mais amplos. Para ele, tais problemas precisam ser corrigidos.

## Loterias federal e estaduais

13.11.07

**Participantes:** Procuradora da República, Raquel Branquinho; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antonio Carlos Bigonha; Assessor da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Rafael Chaves de Carvalho; Superintendente Nacional de Loterias da Caixa Econômica Federal, Roberto Derziê de Sant'anna; e Presidente da Associação Brasileira de Loterias Estaduais, Roberto Rabello.

Foto: Diógenes Santos



Raquel Branquinho, Antonio Carlos Bigonha, Roberto Rabello, Dep. Virgílio Guimarães, Roberto Derziê e Rafael de Carvalho

A requerimento dos Deputados Carlos Willian (PTC-MG) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Comissão de Finanças e Tributação realizou a segunda reunião de Audiência Pública do dia 13 de novembro de 2007, com o objetivo de discutir os PL's nºs 232/03 e 472/07, que tratam das loterias federal e estaduais.

A Procuradora da República Raquel Branquinho acredita que a permissão para que os estados explorem loterias pode ser um atrativo para o crime organizado. Na sua opinião, é possível que haja um incentivo à lavagem de dinheiro como resultado do trabalho do crime organizado, que vê nas atividades de jogo um facilitador que legitima os capitais obtidos nos tráficos de drogas, de armas e na corrupção. Ela ainda destacou a impossibilidade da União controlar cada uma das loterias que seriam abertas nas unidades da Federação, e também alertou sobre a retirada da destinação social dos recursos arrecadados.

O Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antônio Carlos Bigonha,

afirmou que o Projeto vai de encontro à tradição jurídica de exploração, além de promover a privatização do jogo. Na sua opinião, o jogo deveria apenas ser tolerado, e não fomentado pelo Estado.

Roberto Rabello, Presidente da Associação Brasileira de Loterias Estaduais, acredita que o projeto corrige uma inconstitucionalidade flagrante, que é o tratamento diferenciado dado aos estados. Para ele, os estados, porquanto integrantes da federação, têm o direito de não aceitarem ser tratados como incapazes de administrar esses jogos. Rabello lembrou ainda a função social das loterias estaduais, na sua opinião, um forte instrumento de geração de empregos, de renda e de circulação econômica local. E ressaltou que elas movimentam vários serviços, tais como agências de publicidade, gráficas, mídias diversas, informática e logística. O expositor destacou ainda outras vantagens, como a geração de renda para os estados e para outras esferas do poder público. Segundo ele, os estados estão capacitados para desenvolver um controle mais efetivo das atividades lotéricas, em razão da capilaridade dos seus aparelhos fiscais e policiais.

Rafael Chaves de Carvalho, Assessor da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, sugeriu que a autorização aos estados para explorarem loterias deve ser dada pela pasta. Mas ele teme que o projeto cause perda de arrecadação federal, dificuldade ou impossibilidade de fiscalização; impossibilidade de criação de novas loterias numéricas ou de outras modalidades pela União, e estímulo ao aumento do potencial de vício.

No entanto, o relator do PL nº 472/07 na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), afirmou que não mudará seu parecer favorável à matéria, mesmo diante da opinião contrária de quatro dos cinco convidados da audiência pública.

## Criação do Banco do Sul

06.12.07

**Participantes:** Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Luiz Eduardo Melin de Carvalho, representando o Ministro da Fazenda; Chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, Francisco Carlos Carvalho Chagas, representando o Ministro das Relações Exteriores; Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Carlos Tautz; e Economista do DIEESE e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, Adhemar Mineiro.

Foto: Edson Santos



Francisco Chagas, Luiz de Carvalho, Dep. Virgílio Guimarães, Carlos Tautz e Adhemar Mineiro

A requerimento da Deputada Luciana Genro (PSOL-RS), a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou reunião de Audiência Pública destinada a tratar da criação do Banco do Sul, que será lançado ainda em 2007 na cidade de Buenos Aires. Assinarão o ato do compromisso de criação representantes do Brasil, da Argentina, da Venezuela, do Uruguai, da Bolívia, do Paraguai e do Equador.

Para o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Carlos Tautz, não houve debate com a sociedade sobre a proposta, e ele teme que o modelo adotado repita os erros de instituições já existentes, como a falta de transparência e a pouca participação que caracterizam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (Bird) e o FMI.

O economista Adhemar Mineiro afirmou que todas as funções que o Banco do Sul poderia desempenhar já são executadas por alguma instituição. Ele defendeu o financiamento de

outros tipos de projeto, diferentes dos atuais, de forma a promover a integração dos países da região e não a integração com terceiros mercados, o que é, na sua opinião, natural por interessar às grandes empresas.

O Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda garantiu que a intenção dos países integrantes é criar uma instituição diferente, e não concorrer com as que já existem. Segundo ele, o que se busca é uma instituição que responda diretamente aos governos sul-americanos, sem amarras políticas que constringam os objetivos da região, em especial o acesso mais igualitário ao crédito. Luiz Eduardo de Carvalho afirmou ainda que não é intenção relacionar o mercado regional com os externos, mas propiciar a entrada dos produtos da região nos mercados internacionais.

Na opinião de Francisco Carlos Carvalho Chagas, o Banco do Sul nasce de um esforço de avançar no fornecimento de crédito para o desenvolvimento, essencial para a integração. Segundo ele, a instituição deve ser sólida e estruturada e o Brasil defende a participação de todos os países sul-americanos no poder decisório do banco.

A Deputada Luciana Genro também cobrou debate sobre a criação do Banco do Sul. Ela quer envolver o Congresso na discussão, mas admite que o assunto é desconhecido até para os parlamentares. A Deputada disse ainda que a nova instituição precisa buscar o desenvolvimento não só econômico, mas também humano e social dos povos da América do Sul.

## Proposta de Reforma Tributária

11.12.07

**Participantes:** Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; e Assessor Especial do Ministro da Fazenda, André Luiz Barreto de Paiva Filho.

Foto: Laycer Tomaz



Bernard Appy, Dep. Virgílio Guimarães e André Luiz Barreto de Paiva Filho

Uma nova proposta de reforma tributária está em fase de elaboração pelo governo e, para analisá-la, a Comissão de Finanças e Tributação realizou reunião de Audiência Pública a requerimento do Deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

De acordo com o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a proposta unificará a Cide, o PIS e a Cofins, criando o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal, e transformará toda a arrecadação em não-cumulativa. Além disso, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido será unificada com o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Bernard Appy explicou ainda que, no âmbito estadual, a reforma promoverá uma unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para acabar com a guerra fiscal. Outra mudança apontada será a cobrança do imposto no estado consumidor, onde o produto é vendido, medida que inviabilizaria a guerra fiscal mas que, por outro lado, é a mais polêmica em razão da resistência dos estados produtores.

A reforma prevê ainda um período de transição para aproximar as alíquotas e compensar estados que sofrerem perdas. Além disso, a proposta transformará diversos fundos constitucionais de repasses em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que teria regras de aplicação

mais claras e recursos vinculados, uma reivindicação dos estados.

O Deputado Arnaldo Madeira criticou a ausência de uma proposta clara de desoneração tributária. Segundo o Deputado, uma reforma que faça o País crescer precisa ser de redução da carga tributária. Mesmo assim, reconhece a necessidade de acabar com a guerra fiscal entre os estados. Ele condenou ainda o grau de abrangência da proposta que, ao juntar tributação federal e estadual, dificulta, na sua opinião, a tramitação na Câmara.

No entanto, Bernard Appy acredita que a reforma proposta pelo governo pode corrigir 90% dos problemas, e deve ter impacto muito positivo no crescimento do País. Segundo ele, essa será a reforma possível para resolver o máximo de questões técnicas sem desgaste político. Appy ainda garantiu que haverá diminuição de impostos para a economia formal, e que os sonegadores é que pagarão a conta das mudanças.

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), disse que a proposta do governo realmente contempla os projetos que tramitam na Câmara. Ele é autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/07, que faz uma síntese das PECs que tramitam na Casa. Para ele, há mais pontos convergentes do que diferenças entre as duas propostas.



## Impactos da Lei nº 9.755/98

**20.12.07**

**Participantes:** Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó; Titular da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Marcelo Luiz Souza da Eira; e Assessor Especial do Ministro da Fazenda, André Paiva.

Foto: Edson Santos



André Paiva, Paulo Henrique Feijó, Dep. Virgílio Guimarães e Marcelo Luiz Souza da Eira

A fim de discutir os impactos da Lei nº 9.755/98, que determinou a divulgação na internet, pelo TCU, das contas de estados e municípios e da União, a Comissão de Finanças e Tributação realizou Audiência Pública.

De acordo com o Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Marcelo Luiz Souza da Eira, o Tribunal tem pedido a adesão dos entes da federação ao portal de contas públicas do órgão, e estuda colocar, a partir do próximo ano, a não-adesão entre as irregularidades na prestação dos municípios e estados que não fornecerem dados no exercício de 2008. O Secretário lembrou, porém, que atualmente o TCU não tem competência legal para exigir que estados e municípios cumpram a lei. Ele afirmou que muitos municípios não divulgam seus dados e o que o TCU pode fazer é dar transparência a isso divulgando a inexistência de dados sobre aqueles municípios. Há, ainda, outra dificuldade: estados e municípios estão sob jurisdição dos tribunais de contas específicos de cada ente. E o próprio TCU enfrenta obstáculos para cumprir completamente a lei, uma vez que não há uma fonte centralizada de informações sobre a execução

orçamentária, e por isso o tribunal tem se socorrido de outros órgãos. Dessa forma, procura cumprir a medida por meio do portal Contas Públicas, que possui links para as contas dos outros entes de Federação. No caso das contas federais, o TCU vai disponibilizar os dados correspondentes da Secretaria do Tesouro Nacional no portal a partir de 2008.

O Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), autor do requerimento da audiência e do projeto que deu origem à Lei nº 9.755/98, prometeu acompanhar em 2008 a sua implementação pelo TCU. Na sua opinião, o interesse pelas contas públicas, por meio de sites de acompanhamento e cobrança, é cada vez maior.

O Deputado João Dado (PDT-SP) chamou a atenção para a cartilha que o TCU elaborou para ajudar os municípios a prestarem contas pela internet. De acordo com Marcelo da Eira, ela está disponível na rede mundial de computadores, mas pode também ser obtida em papel. O Secretário afirmou ainda que alguns municípios têm sido abordados por empresas oferecendo a venda de uma página na internet para prestação de contas, mas com elevados preços.

O Assessor Especial do Ministério da Fazenda e do CONFAZ, André Paiva, afirmou que o Conselho disponibiliza dados sobre a arrecadação e pode ampliar sua divulgação para ajudar na transparência da prestação de contas. O CONFAZ reúne os Secretários de Fazenda de todos os estados. Para o convidado, a nota fiscal eletrônica, já em funcionamento, representará um avanço na prestação de contas. O Ministério pretende torná-la o padrão, a fim de evitar a sonegação.

**Participantes:** Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná, Ricardo Tadeu; Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, Alexandre Baroni; Assessora para Assuntos Internacionais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, Cristina Timponi; Assessor Legislativo do Senado Federal, Michael Freitas Mohallem; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Newton Tavares Filho; Coordenadora-Geral Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, Izabel Maior; e Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público em Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID, Maria Aparecida Gugel.

Foto: Laycer Tomaz



Mesa e expositores

A Comissão de Finanças e Tributação participou de Seminário que discutiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Convenção da ONU no cenário atual.

O evento foi promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Viação e Transportes; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; Educação e Cultura; Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Urbano; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Turismo e Desporto e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências.

Para a integrante do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, os parlamentares precisam de

paciência para a discussão do estatuto. Ela ressaltou a importância de haver respeito aos princípios da Convenção da ONU na elaboração do estatuto. Segundo ela, ratificar a Convenção é mais importante que aprovar o estatuto neste momento, porque o documento internacional servirá de base para o debate no Parlamento. Ela também destacou que é essencial a adoção de um conceito de pessoa portadora de deficiência, para que não seja preciso enumerar quais são as deficiências incluídas ou não no estatuto. Segundo ela, essa definição deve ser feita com base no grau de comprometimento do portador.

A Coordenadora-Geral para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Maior, pediu que o estatuto contemple os pontos destacados na Convenção da ONU. Ela ressaltou que a legislação brasileira é muito avançada, especialmente em relação à educação inclusiva e às questões de saúde. Contudo, afirmou que é preciso haver maior força no cumprimento da legislação e na fiscalização.

Cristina Timponi, Assessora para Assuntos Internacionais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, disse que a Emenda 45 gerou controvérsias na Casa Civil e também deve provocar discussões no Congresso. Mas ela argumentou que convenções sobre direitos humanos realmente devem ser adotadas com força constitucional, como recomenda a ONU.

O Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho, Ricardo Tadeu, disse que a principal inovação da Convenção da ONU está nos princípios gerais de defesa dos direitos. Segundo ele, esses princípios são tão importantes para os juristas quanto o texto de uma lei.

O Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, afirmou que é preciso fazer um esforço para chegar a um consenso sobre o

*estatuto e a convenção. Para ele, os pontos que não forem objeto de consenso deverão ir a voto em Plenário. O Presidente ressaltou que a Convenção foi a mais rápida a obter aprovação na ONU, com apoio dos 194 países presentes. Ele lembrou, ainda, que se trata da primeira Convenção da ONU sobre direitos humanos no século XXI.*

## VISITAS OFICIAIS

### Visitas Oficiais de Delegações Estrangeiras

**Visitantes:** Delegação Parlamentar da Alemanha: Srs. Parlamentares membros da Comissão de Finanças Bundestag, Jorg-Otto Spiller (SPD)-Chefe da Delegação, Otto Bernhardt (CDU/CSU), Manfred Kolbe (CDU/CSU), Gabriele Frechne (SPD), Lothar Binding (SPD), e Dr. Axel Troost (DIE LINKE).

Delegação da República Federal da Alemanha: Vice-Ministra da Fazenda da Alemanha, Dra. Barbara Hendricks; Subsecretário, Dr. Rolf Wenzel; Diretora, Sra. Heike Nortmann; Diretor, Dr. Thomas Amtmann; Embaixador da Alemanha no Brasil, Sr. Friedrich Prot von Kunow; Conselheiro-Chefe do Departamento Econômico da Embaixada, Dr. Robert Klinke; Primeiro Secretário, Sr. Hubert Schöttner.



Deputados Virgílio Guimarães, Antonio Palocci e José Pimentel e convidados alemães.

Em 17 de julho de 2007, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados recebeu a primeira visita oficial de delegação alemã, composta por parlamentares membros da Comissão de Finanças Bundestag.

No dia 23 de agosto seguinte, a CFT recebeu nova visita de delegação da República Federal da Alemanha. Nesta ocasião, a delegação foi composta pela Vice-Ministra da Fazenda da República Federal da Alemanha, Dra. Barbara Hendricks, e do Subsecretário e dos Diretores do Ministério, Dr. Rolf Wenzel, Sra. Heike Nortmann e Dr. Thomas Amtmann.

Delegação do Reino da Dinamarca: Ministro de Tributos, Kristian Jensen; Secretário Executivo, Peter Loft; Secretária do Ministro, Marie Faerch; Secretária Adjunta, Lene Skov Henningsen; Diretor de Tributos, Ole Guldborg Kjaer; Presidente da Comissão de Tributos do Parlamento Dinamarquês René Skau Bjoernsson; e os Parlamentares Charlotte Antonsen, Peter Christensen, Jacob Axel Nielsen, Kim Andersen, Frode Soerensen, John Dyrby Paulsen, Kalus Haekketup, Jacob Jensen, Leif Mikkelsen, Jacob Ravn, e Soeren Koushede.



Dep. Virgílio Guimarães, Dep. Carlos Willian (ao microfone) e convidados dinamarqueses.

O Deputado Antonio Palocci (PT-SP) recebeu a delegação alemã e colocou-se à disposição para perguntas e comentários gerais, informando também que esteve na Alemanha no último julho por ocasião da reunião do G-8.

A delegação do Reino da Dinamarca foi recepcionada pela Comissão de Finanças no dia 18 de setembro do mesmo ano. O grupo foi composto por parlamentares e pelo Ministro de Tributos dinamarquês e seus assessores.

Em ambas as visitas, as delegações obtiveram informações sobre a situação econômica brasileira,

sobre assuntos tributários e sobre incentivos para o desenvolvimento.

Os visitantes estrangeiros interessaram-se especialmente pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A esse respeito, eles procuraram conhecer seu funcionamento, estrutura e se havia projetos para sua prorrogação. Para esclarecê-los, o Deputado Antonio Palocci (PT-SP), ex-Ministro da Fazenda, disse acreditar na sua prorrogação, porque ela representa 8% da arrecadação. Ressaltou os pontos negativos da contribuição: é cumulativa e penaliza os exportadores; mas acredita que os pontos positivos, como a relação entre a base tributária e a base de arrecadação, quase de 100%, superam os pontos negativos. Ele explicou, ainda, que o Brasil não adotou o IVA, Imposto sobre o Valor Agregado, porque o modelo federativo proporciona aos estados-membros a não aceitação de impostos nacionais.

Além disso, tratou-se das possíveis conseqüências dos acontecimentos atuais nos mercados financeiros internacionais para o mercado brasileiro.

A esse respeito, foi explicado aos visitantes que o Brasil está no melhor momento desde a construção de seus fundamentos econômicos, que antes disso houve um longo período de inflação e os gestores anteriores não viam todos os males da inflação. Foi ressaltado, ainda, que outra mudança recente ocorreu com as contas externas, pois o Brasil passou de grande devedor a grande credor, esclarecendo-se que esse movimento não foi apenas brasileiro, mas houve uma mudança no sistema de financiamento mundial. Antes, os países em desenvolvimento financiavam o consumo dos países desenvolvidos. No caso brasileiro, os visitantes souberam que a sensibilidade da dívida ao câmbio era muito alta: 30% da dívida estava em dólar e, por isso, nos momentos de crise internacional, o Brasil sofria muito, o que já não ocorre atualmente.

As delegações encerraram as reuniões agradecendo a disponibilidade dos membros da Comissão de Finanças e Tributação, e desejando sucesso para o Brasil.

## REUNIÕES MENSAIS

### Secretaria do Tesouro Nacional

---

**Participantes:** Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, e técnicos.



Deputado Virgílio Guimarães, Arno Augustin, membros da CFT e técnicos da STN, na reunião de 08/08/07.

Por sugestão do Deputado Delfim Netto, acolhida por seus pares, a partir de outubro de 2003 os membros da Comissão de Finanças e Tributação reúnem-se com o Secretário do Tesouro Nacional, acompanhado de técnicos, com o objetivo de discutir e analisar a execução orçamentária da União e o desempenho das transferências constitucionais dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios referentes ao mês anterior. Os Deputados verificam a aplicação dos recursos financeiros do Governo e esclarecem com os representantes do Tesouro as dúvidas porventura existentes.

O Resultado do Tesouro Nacional, apresentado na reunião, é uma publicação mensal, editada desde 1995, pela Secretaria do Tesouro Nacional, que informa o Resultado Primário do Governo Central, conforme o conceito de Necessidades de Financiamento e a Dívida Líquida do Tesouro Nacional. Por meio de sua análise, os Deputados podem avaliar as variações das despesas, as causas a elas relacionadas, e as transferências constitucionais, além de comparar os dados exibidos com os dos meses e anos anteriores, examinando sua evolução.

Durante o ano de 2007, foram realizadas reuniões com o Secretário do Tesouro Nacional nos dias 11 de abril, 10 de maio, 6 de junho, 8 de agosto, 5 de setembro, 3 de outubro, 7 de novembro e 12 de dezembro.

O Resultado do Tesouro Nacional pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp>

## Secretaria da Receita Federal do Brasil

**Participantes:** Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, e técnicos.



Deputado Virgílio Guimarães, Jorge Rachid, membros da CFT e técnicos da SRFB, na reunião de 20/06/07.

A Comissão de Finanças e Tributação e o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, acompanhado de técnicos, reúnem-se mensalmente com o objetivo de analisar os dados divulgados da arrecadação de tributos e contribuições de competência da União. Essas reuniões acontecem desde agosto de 2003, e surgiram por iniciativa do Deputado Francisco Dornelles com a concordância dos demais membros da Comissão. Nesta sessão legislativa, foram realizadas reuniões nas seguintes datas: 28 de março, 18 de abril, 23 de maio, 20 de junho, 22 de agosto, 26 de setembro, 24 de outubro e 21 de novembro.

A relevância desses encontros está em conferir aos deputados instrumentos para analisar, em conjunto com o Secretário e técnicos da Receita Federal, as variações da arrecadação que compete à União. Com os dados apresentados, os membros verificam as causas das alterações dos montantes arrecadados para compará-los aos dos meses anteriores, a fim de vislumbrar um panorama amplo das receitas auferidas pela União.

Essas informações, acrescidas daquelas disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, concedem aos parlamentares a possibilidade de conhecerem a forma com que a União arrecada suas receitas e encaminha suas despesas, além de caracterizar importante ferramenta da atividade parlamentar, especialmente no que concerne às

funções dos membros da Comissão de Finanças e Tributação. Ao conhecerem as receitas e despesas, os parlamentares acompanham a ação do Governo Federal, examinando suas prioridades e sua política tributária.

A análise da arrecadação das receitas federais elaborada pela Coordenação-Geral de Política Tributária da Secretaria da Receita Federal pode ser acessada pelo seguinte endereço eletrônico:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/ResultadoArrec/2007/default.htm>

## ATUAÇÃO PARLAMENTAR - 2007

TITULARES	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	EMENDAS OFERECIDAS	REQUERIMENTOS	COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
Acélio Casagrande	4	2	-	-	1	21	Membro da Comissão a partir de 23/03/07. Licenciado do mandato de Deputado Federal a partir de 01/08/07.
Aelton Freitas	12	2	10	-	1	43	Justificou ausência em 03/04/07, por motivo político-partidário.
Alfredo Kaefer	15	3	13	-	3	47	Justificou ausência em 03/04/07, por motivo de saúde, e em 26/09/07, em razão de missão oficial.
Antonio Palocci	23	4	18	-	-	55	Justificou ausência em 12/12/07, por motivo político-partidário.
Armando Monteiro	9	6	13	-	2	22	Justificou ausência em 09/05/07, por motivo de saúde, e em 08/08/07 e 22/08/07, por motivo político-partidário.
Arnaldo Madeira	11	9	5	-	4	45	
Carlos Melles	7	-	6	-	4	41	Justificou ausência em 26/09/07, em razão de missão oficial.
Eduardo Cunha	18	23	8	-	4	49	Justificou ausência em 11/04/07, por razão de luto na família.
Fábio Ramalho	11	7	3	-	1	41	
Félix Mendonça	13	5	9	1	3	50	Justificou ausência em 20/06/07, por motivo político-partidário.
Fernando Coruja	9	7	9	1	7	46	
Filipe Pereira	11	3	8	-	-	33	Justificou ausência em 14/02/07, em razão de preparativos para núpcias, e em 20/06/07 e 24/10/07, por motivo político partidário.
Guilherme Campos	8	4	4	1	6	48	Justificou ausência em 09/05/07, 10/05/07 e 15/08/07, por motivo político-partidário.
Geddel Vieira Lima	-	-	-	-	-	1	Foi membro da Comissão de 14/02 a 23/03/07.
João Dado	39	11	27	3	5	55	Justificou ausência em 08/08/07, 14/08/07 e 31/10/07, por motivo político-partidário, e em 05/12/07 e 06/12/07, em razão de missão oficial.
João Magalhães	15	2	13	1	2	51	
José Carlos Aleluia	8	-	8	-	-	26	
José Pimentel	19	22	11	-	5	55	
Júlio Cesar	13	7	8	5	3	60	Justificou ausência em 14/08/07, por motivo político-partidário.
Luciana Genro	13	7	6	7	3	29	
Luiz Carlos Haully	18	3	27	-	19	52	Justificou ausência em 30/05/07, em razão de missão oficial.
Luiz Carreira	6	10	7	7	-	49	
Luiz Fernando Faria	8	2	6	-	-	41	Justificou ausência em 14/02/07, 05/06/07, 12/07/07 e 08/08/07, por motivo político-partidário.
Manoel Junior	10	3	7	2	11	43	Justificou ausência em 15/08/07 e 18/10/07, por motivo político-partidário.
Marcelo Almeida	8	-	7	-	1	22	Membro da Comissão a partir de 19/06/07. Justificou ausência em 16/08/07, 29/08/07 e 18/10/07, por motivo político-partidário.
Max Rosenmann	10	10	5	3	-	30	Justificou ausência em 09/05/07 e 28/11/07, em razão de missão oficial, em 10/05/07, por motivo político-partidário, e em 17/10/07, 18/10/07 e 24/10/07, por motivo de saúde.
Mussa Demes	4	3	8	2	-	11	Justificou ausência em 15/08/07 e 22/08/07, por motivo político-partidário.
Pedro Chaves	-	-	-	-	-	-	Foi membro da Comissão no dia 14/02/07.
Pedro Eugênio	22	7	13	1	5	45	
Pedro Novais	13	7	6	1	-	26	Justificou ausência em 11/07/07, 12/07/07, 08/08/07, 05/12/07 e 06/12/07, por motivo de saúde.
Rocha Loures	16	3	12	-	3	42	
Silvio Costa	26	12	12	-	2	40	
Silvio Torres	10	4	3	1	6	41	Justificou ausência em 07/03/07, por motivo de saúde.
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	1	Foi membro da Comissão de 08/03 a 19/03/07.
Vignatti	14	6	21	1	2	39	
Virgílio Guimarães	6	2	3	2	3	68	Justificou ausência em 16/08/07, 29/08/07 e 03/10/07, por motivo político-partidário.



SUPLENTES	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	EMENDAS OFERECIDAS	REQUERIMENTOS	COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
Andre Vargas	7	2	4	-	-	14	
Bilac Pinto	4	-	4	-	-	36	
Bruno Araújo	4	2	2	-	1	33	
Carlito Merss	10	9	5	4	-	35	Justificou ausência em 30/05/07, por motivo político-partidário.
Carlos Santana	-	-	-	-	-	1	Membro da Comissão a partir de 30/08/07.
Carlos Souza	8	3	4	-	-	2	
Carlos Willian	13	8	8	2	4	39	
Cezar Schirmer	1	-	1	-	1	6	
Ciro Gomes	9	1	8	-	-	4	
Colbert Martins	12	4	8	-	-	35	Membro da Comissão a partir de 28/02/07.
Eduardo Gomes	2	2	-	-	-	18	Membro da Comissão a partir de 28/02/07.
Fábio Faria	1	-	-	-	-	1	
Giacobo	4	-	3	-	-	1	Membro da Comissão a partir de 02/10/07.
João Bittar	-	-	-	-	-	48	Membro da Comissão a partir de 16/02/07. Justificou ausência em 27/06/07 e 05/09/07, por motivo político-partidário.
Jorge Khoury	9	3	7	-	-	30	Justificou ausência em 22/08/07, por motivo político-partidário.
Júlio Delgado	1	1	-	2	-	9	Membro da Comissão a partir de 24/10/07.
Julio Semeghini	-	-	1	-	1	7	
Leonardo Quintão	1	1	-	-	-	10	Membro da Comissão a partir de 28/02/07.
Luiz Paulo Vellozo Lucas	4	4	-	-	-	9	
Marcos Antonio	-	-	-	-	-	-	
Mário Heringer	-	-	-	-	-	33	Justificou ausência em 14/03/07 e 15/03/07, por motivo político-partidário.
Maurício Quintella Lessa	5	2	4	4	-	5	
Milton Monti	6	1	-	-	-	28	Foi membro da Comissão de 14/02 a 02/10/07. Justificou ausência em 15/08/07, por motivo político-partidário.
Nelson Bournier	3	1	2	-	-	30	
Paulo Maluf	3	2	1	-	-	5	
Paulo Renato Souza	6	2	4	-	-	9	
Pepe Vargas	7	3	-	1	4	11	Foi membro da Comissão de 14/02 a 30/08/07.
Renato Molling	1	-	1	-	2	15	
Ricardo Berzoini	7	-	7	-	-	4	
Rodrigo de Castro	-	-	-	-	-	32	Membro da Comissão a partir de 28/02/07.
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	3	
Sérgio Barradas Carneiro	10	4	6	1	-	1	
Silvinho Peccioli	-	-	-	-	-	7	Justificou ausência em 04/07/07, por motivo político-partidário.
Tarcísio Zimmermann	2	-	2	2	-	3	Membro da Comissão a partir de 19/09/07.
Zonta	1	-	2	-	-	32	

Dados de 15/02 a 22/12/2007.